

## OS CONDES DA FEIRA NA ENCRUZILHADA DA EXPANSÃO

ANA MANUEL GUERREIRO  
CHAM

Neste olhar sobre a Casa da Feira partiu-se de uma interrogação: qual havia sido o seu posicionamento no contexto da Expansão portuguesa, sobretudo no período correspondente ao reinado de D. Manuel I? Neste sentido tratava-se de tentar como que encontrar as marcas dos Pereiras na aventura expansionista, tanto no que se refere às suas etapas de conquista e descobrimento, como nas suas implicações políticas. E nesta busca estavam em causa, não só os representantes mais directos da Casa, mas também os seus próximos e aqueles que a tal se alcandoraram a partir, nomeadamente, de alianças matrimoniais.

E numa, necessariamente breve, incursão pela genealogia dos Condes da Feira, haverá que ter presente que a linhagem remonta ao século XII<sup>1</sup> tendo o apelido Pereira sido usado, pela primeira vez, por Rodrigo Gonçalves da Palmeira ou Rodrigo Gonçalves de Pereira, que o adoptou a partir do nome de uma quinta, que fundou ou comprou, à beira do rio Ave. Neto deste Rodrigo Gonçalves de Pereira foi D. Gonçalo Pereira, casado, em primeiras núpcias, com D. Urraca Vasques, uma filha de D. Vasco Martins Pimentel, meirinho-mor em tempos do rei D. Afonso III. E se se faz referência a este casal é porque é, a partir dele, que se pode desenhar o vínculo familiar entre os Condes da Feira e D. Nuno Álvares Pereira e, conseqüentemente, com a Casa de Bragança. Na verdade, do referido enlace entre D. Gonçalo Pereira e D. Urraca Vasques, nasceu, o seu homónimo, D. Gonçalo Pereira, avô de Nuno Álvares. O avô de Nuno Álvares Pereira teve um meio-irmão, por via paterna, D. Rui Gonçalves Pereira, de quem descenderam, directamente, os Condes da Feira.

Efectivamente foi um filho de D. Rui Gonçalves Pereira, D. Álvaro Pereira, de seu nome, que em 1385 ou em 1386, foi elevado a, 1.º, senhor da Feira. No fundo, note-se, isto acabou por ser como que um corolário natural do seu alinhamento pelo Mestre de Avis, eventual, reflexo do seu parentesco,

---

<sup>1</sup> A este propósito cf. Anselmo Braamcamp Freira, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, 1973, vol. I, p. 305 e ss.

ainda próximo – eram primos – com o Condestável. E será, talvez, ocasião de se sublinhar aquilo que parece emergir como uma característica da Casa da Feira, a capacidade para sobreviver às crises e, mais do que isso, para não sair delas de mãos vazias.

Entretanto esta caminhada pela árvore genealógica dos senhores da Feira acaba por nos conduzir, com a progressão nas gerações e consequentemente na cronologia, à presença deste ramo dos Pereiras no arranque da Expansão, isto é, nos esforços de Ceuta e de Tânger. Efectivamente, D. João Álvares Pereira, segundo senhor da Feira, participou na tomada de Ceuta e no malogro de Tânger<sup>2</sup>. A propósito da expedição de 1437 diz-nos Rui de Pina<sup>3</sup> que João Pereira foi encarregado, pelo Infante D. Henrique, de uma espécie de missão avançada, com o intuito de determinar o rumo a seguir pelo contingente português. O mesmo João Pereira é apontado pelo cronista como tendo ficado, juntamente com outros, de guarda ao arraial, a 8 de Outubro, quando a maior parte das tropas saía a dar luta aos Mouros<sup>4</sup>. Portanto um aspecto se poderá, desde já, reter, é o que se refere à circunstância de os titulares das terras da Feira não ficarem alheados do arranque das conquistas portuguesas. E se não nos chegaram ecos de manifestações suas, de tomadas de posição, a propósito do esforço marroquino, ficou-nos o mais eloquente dos testemunhos quanto à sua adesão ao mesmo, concretizado na participação a que se tem vindo a fazer referência.

Mas chegou a altura de se reencontrar justificação para a afirmação de que os Pereiras foram capazes de tirar partido das crises. O seu posicionamento na crise que culminou em Alfarrobeira configura-se como contribuinte para tal. Assim quando o país mergulhou na tormenta política, após a morte de D. Duarte, a casa da Feira alinhou com os opositores ao infante D. Pedro<sup>5</sup>. Aos senhores da Feira não seriam, aliás, difíceis de entender os lances deste xadrez da política interna, na medida em que, desde as Cortes de Torres Novas, em 1438, que, através de João Álvares Pereira, estiveram presentes no Conselho Régio<sup>6</sup>. Junta-se a essa circunstância o facto de o titular do senhorio ser procurador dos fidalgos do reino<sup>7</sup>. E a interpretação que a Casa da Feira fez da turbulência que ia agitando o país recomendou-lhe o alinhamento com as posições da casa de Bragança. Naturalmente que a isto não seriam estranhos os laços familiares que uniam Pereiras e Braganças.

Na verdade não se podem considerar raros os testemunhos desta opção da Casa da Feira. Assim, em 13 de Setembro de 1440, o rei de Aragão escreveu a D. João Álvares Pereira apelando à pacificação entre D. Pedro e D. Leonor<sup>8</sup>. Mais tarde, em pleno auge da crise política, o senhor da Feira voltou a ser elemento central em nova abordagem epistolar do problema, dessa vez foi D. Afonso V que escreveu à vereação do Porto, recomendando-lhe que, contra as acções do Infante seu opositor, se recorresse ao conselho de D. João Álvares Pereira<sup>9</sup>.

E, ainda antes, da sucessão na Casa da Feira, antes mesmo do embate de Alfarrobeira, esta estratégia de proximidade à Casa de Bragança, parece ter dado frutos. Esta afigura-se ser uma leitura admissível do facto de, em 1448, Fernão Pereira, o primogénito do 2.º senhor da Feira, ter conseguido que lhe fosse doado o castelo da Feira, sob condição de o reparar<sup>10</sup>, o que nos faz recordar que, bem precisava, nesta altura, o monarca de praças que lhe garantissem amparo. A fidelidade do que foi o 3.º senhor da Feira a partir de 1453, a D. Afonso V não pode, na verdade, ser contestada. Percebe-se isso numa carta de que o rei o fez destinatário, datada de Abril de 1449, em que lhe recomenda as maiores cautelas relativamente ao castelo da Feira, perante um eventual ataque do Infante D. Pedro<sup>11</sup>. E, sobretudo, esteve ao lado do monarca no combate de Alfarrobeira<sup>12</sup>. Admissivelmente como prova de gratidão D. Afonso V concedeu-lhe a jurisdição cível e criminal sobre uma terra no couto de Castanheira e doou-lhe mais uns casais e herdades tidas, ilegitimamente, por um tal João de Albuquerque<sup>13</sup>.

Mas não foi apenas o primogénito que seguiu o alinhamento político do líder senhorial, os seus irmãos mais novos, Gonçalo Pereira e Vasco Pereira, fizeram outro tanto<sup>14</sup>. A propósito de Gonçalo Pereira parece relevante ter-se em conta que, logo em Junho de 1449, os serviços prestados ao rei lhe valeram as terras de Felgueiras e de Vieira, antes pertencentes a um partidário do sogro de D. Afonso V. E poderia, ainda, ter beneficiado dos bens de outros dois dos apoiantes de D. Pedro, se a morte a tal não tivesse obstado<sup>15</sup>.

O seu irmão mais novo, Vasco Pereira, igualmente partidário de D. Afonso V, também não terá tido motivos de queixa, foi senhor das terras de Fermedo, na região do Porto<sup>16</sup>.

<sup>2</sup> Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e Significado Histórico*, Coimbra, 1980, vol. II, p. 912.

<sup>3</sup> Cf. «Crónica do Senhor Rey D. Duarte», in *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, 1977, cap. XXIII, pp. 540-541.

<sup>4</sup> *Ibidem*, cap. XXVIII, p. 546.

<sup>5</sup> Cf. em tudo a que se refere ao posicionamento da Casa da Feira na crise que culminou em Alfarrobeira, Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, vol. II, p. 912 e ss.

<sup>6</sup> Cf. *Ibidem*, p. 923.

<sup>7</sup> Cf. *Livro de Linhagens do Século XVI*, introdução de António Machado de Faria, Lisboa, MCMLVI, s/d, p. 74.

<sup>8</sup> Cf. Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 923.

<sup>9</sup> Cf. *Ibidem*, p. 923.

<sup>10</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 913-914.

<sup>11</sup> Cf. *Ibidem*, p. 914.

<sup>12</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 913-914.

<sup>13</sup> Cf. *Ibidem*, p. 914.

<sup>14</sup> Cf. Humberto Baquero Moreno, «A Nobreza Portuguesa do Século XV nos Primórdios da Expansão Portuguesa», in *A Viagem de Bartolomeu Dias e a Problemática dos Descobrimientos. Actas do Seminário*, Ponta Delgada, 1988, p. 24.

<sup>15</sup> Cf. Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p. 917.

<sup>16</sup> Cf. Humberto Baquero Moreno, «A Nobreza Portuguesa do Século XV...», p. 24.

Por tudo isto não parece haver dúvidas quanto à fidelidade da Casa da Feira ao *Africano*, nem, tão pouco, dos benefícios que daí lhe advieram. Os dois aspectos da questão, proximidade ao rei e vantagens que daí nasceram, terão outras manifestações. Assim o filho de Fernão Pereira, Rui Pereira, feito senhor da casa paterna em 1467, acompanhou D. Afonso V na campanha castelhana de 1475-1476, Rui de Pina identifica-o, ao lado do Conde de Marialva e de outros fidalgos, como integrante do grupo que se juntou ao rei em Arronches. E o cronista faz nova referência ao 4.º senhor da Feira, quando, a propósito da tomada de Baltares e da prisão do conde de Benavente, regista que, antes de iniciar as hostilidades, «... mandou diante e de dia por outro caminho desvyado o Conde de Penamacor com a gente de sua guarda, e em sua companhia Ruy Pereira da Feira...»<sup>17</sup>. Não deixa de ser curioso recordar que, noutra tempo e noutra cenário de confronto militar – em 1437 em Marrocos – tinha sido a vez do seu avô, João Pereira, prestar serviço semelhante às forças portuguesas, integrando a parte avançada do contingente.

E tanta lealdade ao monarca não deixou de ser recompensada, já no final do seu reinado, D. Afonso V fez D. Rui Pereira Conde da Feira. Mas esta ascensão dos senhores de Santa Maria da Feira não foi imune à controvérsia, entre os que a analisaram<sup>18</sup>. Assim chegou a admitir-se que D. Rui Pereira teria usado o título contra a vontade do monarca, que acabara por se dar por vencido, concedendo-lho. Outra versão viu D. Rui Pereira a recusar o condado de Moncorvo e a impor ser tratado por Conde da Feira. Anselmo Braamcamp Freire deslindou a questão apontando para a falta de documentação que sustente a atribuição do título de Conde de Moncorvo, ao mesmo tempo que faz notar a improbabilidade de uma recusa do condado e dos rendimentos que lhe vinham associados. Em contrapartida a elevação de D. Rui Pereira a conde da Feira tem suporte documental, se bem que de modo indirecto, a partir de um alvará de 16 de Maio de 1481, em que o *Africano* lhe concedeu determinados bens dos moradores das suas terras de Santa Maria e de Cambra, referindo-se-lhe como Conde. E quando, em 1486, a casa da Feira foi confirmada a seu filho, D. Diogo Pereira, afirma-se que lhe são atribuídas as terras como as havia tido o conde seu pai.

Deste conjunto de elementos reunidos por Braamcamp Freire parecem emergir duas consequências: por um lado a atribuição do condado da Feira a D. Rui Pereira e por outro a circunstância de tal já ter ocorrido em Maio de 1481. Afigura-se, deste modo, ficar contornada a dificuldade de não haver registo da carta de mercê do título.

E, nesta altura, chegados à concessão do condado da Feira a este ramo dos Pereira, será, talvez, útil recordar que se partiu da tentativa de lhe tentar encontrar o rasto, físico e político, na Expansão. Daí que, em jeito de pequena

<sup>17</sup> *Op. cit.*, «Crónica do Senhor Rei D. Afonso V», Cap. CLXXX, p. 835.

<sup>18</sup> Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, pp. 311-312.

síntese ou de ponto a reter, se diga que, nesta altura, aquando do nascimento do condado, na transição do reinado de D. Afonso V para o de D. João II, os Pereira da Feira deixaram o seu empenho por terras marroquinas, aquando do esforço de conquista de Ceuta e de Tânger.

Durante o reinado de D. João II a vida da Casa da Feira parece ter sido marcada pela discrição. As memórias do desenrolar da Expansão e dos acontecimentos da corte não registaram a presença dos seus membros. A excepção, quanto a este último aspecto, o do círculo próximo do monarca, diz respeito às celebrações do casamento do príncipe Dom Afonso. É que, Garcia de Resende, deixou-nos a memória da participação de D. Diogo Pereira, que, viria a ser o segundo conde da Feira, na justa que comemorou o enlace. Mas é capaz de não ser totalmente desprovido de significado, o facto de o primogénito de D. Rui Pereira não integrar os contendores que se apresentaram ao lado de D. João II<sup>19</sup>. Esse afastamento dos Pereiras face ao monarca tornar-se-á, ainda, mais visível, por altura da morte de D. João II. É que os Condes da Feira não estiveram entre os que foram admitidos à Câmara Fúnebre. E se se assinala este facto, é porque, em ocasiões futuras tal circunstância não se repetirá.

Parece efectivamente que os tempos de D. João II não permitiram à Casa da Feira grandes fulgores. Talvez não seja despropositado encontrar, nisso, algum eco das marcas de distinção do reinado do *Príncipe Perfeito* em relação ao do seu antecessor e, ainda, desse parentesco, longínquo embora, dos Pereira com a Casa de Bragança, a viver, então, tempos de desgraça.

E chega-se finalmente ao reinado de D. Manuel I e, conseqüentemente, à questão de onde se partiu: qual o papel da Casa da Feira na emergência e afirmação da Expansão Portuguesa e, particularmente no Estado da Índia em tempos do *Venturoso*? Na verdade e se voltar, agora, a atenção para a Índia e de um modo que quase se diria previsível, as figuras de proa da Casa da Feira não deixaram marcas da sua passagem pela Índia no reinado de D. Manuel I.

De qualquer modo esta deverá ter sido uma situação que sofreu alterações no reinado seguinte, na medida em que há genealogistas que identificam D. João Pereira, segundo filho de D. Manuel Pereira, 3.º conde da Feira, como capitão de Malaca e apontam a circunstância de D. Margarida Pereira, irmã mais nova deste último, ter casado em Baçaim. E os filhos do segundo casamento de D. Manuel Pereira, ocorrido em finais de 1524/inícios de 1525, incluíram outro capitão na Índia, D. Leoniz Pereira<sup>20</sup>.

Esta ausência dos filhos dos condes da Feira na Índia, no reinado de D. Manuel I, acaba por não ter nada de surpreendente, já que não parecem andar muito longe dos comportamentos dos representantes de muitas casas senhoriais, quando olhamos para os seus chefes. E não foi o facto de a Casa

<sup>19</sup> Cf. *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, 1973, cap. CXXVIII, p. 185.

<sup>20</sup> Cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, 1992, VIII vol., p. 173.

da Feira, ao logo de Quinhentos, figurar entre as de renda mais baixa, quando o padrão de comparação é obviamente, o dos titulares de maior relevo, que convenceu as suas figuras de topo a embarcarem rumo ao Oriente <sup>21</sup>.

Mas se esses nomes mais destacados dos senhores da Feira não deixaram rasto no território do Estado da Índia, houve gente a eles ligada por laços familiares, mais próximos nuns casos, mais afastados noutros, cuja presença lá deixou registo. Foi o caso, desde logo, dos Pereira de Berredo, descendentes de outro ramo dos Pereira <sup>22</sup>, aquele que proveio de Vasco Pereira, senhor de Cabeceiras de Basto, meio-irmão de Rui Gonçalves Pereira, pai do primeiro senhor da Feira, Álvaro Pereira. E os laços entre estes dois ramos dos Pereira estreitaram-se a partir da política de casamentos <sup>23</sup>. Assim, em 1451, D. Maria de Berredo, filha de Gonçalo Pereira, senhor de Cabeceira de Bastos, tornou-se a segunda mulher de Fernão Pereira, 3.º senhor da feira. E em 1456 Martim Vasques de Berredo e D. Leonor de Berredo irmãos da anterior, casaram com, dois, dos filhos do referido Fernão Pereira, pai do primeiro conde da Feira. Deste modo Martim Vasques consorciou-se com D. Mécia e D. Leonor de Berredo, casou com o próprio Conde. As duas famílias ficaram, conseqüentemente, unidas por laços de malha apertada.

E a verdade é que houve Pereiras de Berredo cuja presença na Índia ficou registada. Foi o caso de um Francisco Pereira de Berredo <sup>24</sup> que, em 1511, ficou cativo em Cambaia, depois de a nau em que seguia ter encalhado e sido tomada de assalto. Este mesmo Francisco Pereira de Berredo esteve, em 1512, no cerco de Benasterim, com Afonso de Albuquerque <sup>25</sup> e em 1521 era um dos capitães da frota de Diogo Lopes de Sequeira que partiu de Cochim para Goa <sup>26</sup>. Encontrou-se também um Aires Pereira de Berredo, capitão da frota de Rui de Brito que, em 1511, estava em Malaca <sup>27</sup>. A mesma personagem que, um ano depois, em 1512, a partir da galé de Pero de Faria, se empenhou na defesa da cidade <sup>28</sup>. E assinalou-se, ainda, um Emanuel Berredo em Malaca, em 1521, partindo na expedição que Jorge de Albuquerque organizou, visando a conquista da ilha de Bintão <sup>29</sup>.

Se se olhar para, outro, dos desdobramentos da Expansão, o espaço africano, os laços familiares entretecidos pelos Pereiras também se fizeram,

<sup>21</sup> A renda da condado da Feira passou de 800 000 reais em 1506 para 1 200 000 em 1528-29. Isto significou um aumento da ordem dos 50%. Cf. João Cordeiro Pereira, «A Estrutura Social e o Seu Devir», *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Maio/1998, vol. V, p. 320.

<sup>22</sup> Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, vol. I, pp. 308-309.

<sup>23</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 312-313 e 324.

<sup>24</sup> Cf. Damião de Goes, *Crónica*, parte III, cap. XXVI, pp. 64-68.

<sup>25</sup> *Ibidem*, cap. XXIX, p. 127.

<sup>26</sup> *Ibidem*, parte IV, cap. LX, p. 161.

<sup>27</sup> Cf. *Ibidem*, parte III, cap. XXVI, p. 108.

<sup>28</sup> Cf. *Ibidem*, cap. XLI, p. 162. E Aires Pereira de Berredo era, em 1514, alcaide-mor de Malaca. Cf. sobre este último aspecto CAA, tomo XIII, p. 91.

<sup>29</sup> Cf. *Ibidem*, parte IV, cap. LXXV, p. 205.

aí, actuaes. Isto fica demonstrado se se recordar que uma das filhas do segundo conde da Feira, D. Joana de Castro <sup>30</sup>, casou com o senhor de Vagos, João da Silva, futuro Regedor da Casa do Cível, cargo que, aliás, herdou do pai, Aires da Silva. Ora este genro de D. Diogo Pereira saiu prestigiado das suas passagens por Arzila e por Azamor <sup>31</sup>. E o sogro de D. Manuel Pereira, 3.º Conde da Feira, foi D. João de Meneses, conde de Tarouca, designado para capitão de Arzila e, depois, de Tânger <sup>32</sup>.

Com se poderá concluir, a partir destes casos que se apontaram, os Pereiras acabaram por estar presentes nos espaços e nas agitações da Expansão portuguesa, mesmo se, nesta altura, por via indirecta. Os seus rostos emblemáticos permaneceram afastados destas refegas, não lhe encontrando prestígio ou não lhe sentindo necessidade. Até porque a Casa da Feira afigura-se como tendo vivido, no reinado de D. Manuel I tempos de algum prestígio. Assim, em 25 de Dezembro de 1502, D. Diogo Pereira acolheu o monarca no seu castelo da Feira, o que, aliás, serviu de ocasião para lhe ser notificada, como hoje se diria, uma sentença relativa a uma acção intentada contra ele pelos moradores das suas terras e que foi desfavorável à posição do conde e à sua pretensão da cobrança de determinados direitos <sup>33</sup>. Em Novembro de 1518, aquando da entrada da rainha D. Leonor em Portugal, o conde da Feira deslocou-se junto de Almeirim para a receber. E estava em companhia prestigiada, o cortejo integrava os Infantes D. Luís, D. Fernando, os Bispos de Lamego e de Viseu, o conde de Marialva <sup>34</sup>. O terceiro conde da Feira, D. Manuel Pereira, esteve, também, entre as mais altas figuras da nobreza a quem foi permitido assistir à morte do monarca <sup>35</sup>. Como parece admissível concluir-se, o reinado do *Venturoso* desenhou tempos de brilho cortesão para os Pereiras da Feira <sup>36</sup>.

E em jeito de conclusão poderá dizer-se que os senhores de Santa Maria da Feira não negaram a sua participação, aos actos iniciais da Expansão, concretizados na conquista de Ceuta e no ataque a Tânger. Possivelmente consideraram-nos adequados à valorização do seu estatuto, eventualmente do seu património, demonstrativos da sua lealdade para com a Casa Real ainda por cima, tratando-se de uma dinastia que o tinha chegado a ser com o apoio indispensável de um seu parente distante – Nuno Álvares Pereira.

<sup>30</sup> Cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *op. cit.*, p. 172.

<sup>31</sup> Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, II vol., pp. 61-62.

<sup>32</sup> Cf. *Ibidem*, III vol., p. 351.

<sup>33</sup> Cf. *Ibidem*, I vol., p. 313.

<sup>34</sup> Cf. Damião de Goes, *op. cit.*, parte IV, cap. XXXIII, p. 87.

<sup>35</sup> Cf. *Ibidem*, Cap LXXXIII, p. 222.

<sup>36</sup> Mas é curioso notar que não foi isso que fez apressar a elevação a conde do 2.º 3.º titulares da Feira, ocorridas, justamente, no reinado de D. Manuel I. Assim tendo o 1.º conde, D. Rui Pereira, morrido em 1486, o seu filho, D. Diogo Pereira, só foi feito conde em 1501. E, apesar deste último ter falecido em 1511, o filho, D. Manuel Pereira, apenas foi elevado a conde em 1552. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, vol. III, pp. 365 e 377.

Já no que tocou aos empreendimentos marítimos, os Pereiras pareceram-lhes avessos, pelo menos no tocante às suas figuras cirneiras. E não foi a circunstância de o seu património ter registado um crescimento que, apesar de assinalável, ficou aquém daquele de que beneficiaram outras casas senhoriais, que os fez entusiasmar com as variadas promessas do Oriente. Assim os condes da Feira, remeteram-se a uma presença como que indirecta, incumbência da sua parentela que, de algum modo, lhe poderia servir de auscultadora dessas novas realidades e marcadora da posição que fosse necessário salvaguardar. O tempo seria pois, ainda, de incertezas quanto à adequação de chefes de linhagem se envolverem em tais empreendimentos e a Casa da Feira não queria ou não podia arriscar os que lhe ocupavam o topo. E, na verdade, isso não lhe parece ter ofuscado o brilho, a julgar pela sua presença cortesã em tempos de D. Manuel I.

Mas atrás de tempos tempos vêm e o reinado seguinte registará a presença de Pereiras, de primeira água, por terras da Índia, as interrogações tinham dado lugar às certezas, a Casa da Feira não podia dispensar esse espaço de variadas fontes de glória.

## TRISTÃO DA CUNHA E A EXPANSÃO MANUELINA

ANDREIA MARTINS DE CARVALHO \*  
CHAM

O presente trabalho pretende ser uma síntese biográfica de uma personagem controversa, enigmática, cujo posicionamento na corte portuguesa de Quinhentos não será sempre de fácil compreensão. Passaram quase três décadas sobre a publicação do trabalho de Banha de Andrade em torno da vida de Tristão da Cunha<sup>1</sup>. Mas o retrato global da sua vida permanece ainda pouco claro, abafado pelos inúmeros detalhes biográficos registados nos arquivos. Procuraremos então enquadrar os traços mais significativos da carreira de Tristão da Cunha, sem nos determos em demasia sobre os pormenores que já foram tão bem esmiuçados pelo atrás citado historiador.

Nascido pouco depois da morte do infante D. Henrique, Tristão da Cunha acompanhou o crescimento do movimento expansionista português nas suas fases decisivas, desde a exploração do Atlântico Sul até à conquista de Diu. Ligado inicialmente à casa de Viseu/Beja, Tristão da Cunha viu-se catapultado para a vida de corte após a subida ao trono de D. Manuel. Parece não haver dúvidas sobre a sua estreita ligação com este monarca, que o escolheu para ser o primeiro representante oficial da coroa portuguesa no Oriente.

\* Bolseira da FCT.

<sup>1</sup> António Alberto Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, 1974. Para uma revisão crítica da obra, veja-se a de Jean Aubin, «Pour une biographie de Tristão da Cunha [ca.1460-1539] (extraído de *Mare Luso-Indicum*, III, Paris, 1976, pp. 188-193), in *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. II, pp. 557-562.